

## GESTÃO DE POLÍTICA PÚBLICA DE OFERTA DE CURSOS TÉCNICOS A DISTÂNCIA EM MINAS GERAIS

**Maria Janete Velten**

Centro Universitário UNA

**Lucília Regina de Souza Machado**

Centro Universitário UNA

### GESTÃO DE POLÍTICA PÚBLICA DE OFERTA DE CURSOS TÉCNICOS A DISTÂNCIA EM MINAS GERAIS

**Resumo:** Este artigo analisa aspectos da gestão da implementação de política pública de educação a distância voltada à interiorização da oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio como forma de atender necessidades e demandas do desenvolvimento de territórios. Focaliza os aspectos que dizem respeito à gestão das demandas e das ofertas desses cursos no contexto da implementação do Sistema e-Tec Brasil por Institutos Federais mineiros, entre 2008 e 2010. A pesquisa realizada, quanti-qualitativa, se fundamentou em análise documental e em survey realizado em campi dos Institutos Federais do Sul e Sudeste de Minas Gerais. Os resultados alcançados revelaram problemas na gestão das demandas e ofertas dos cursos técnicos a distância. Mostraram a necessidade de maior atenção às articulações sociais e políticas e ao diálogo com instituições da sociedade civil tendo em vista a tomada de decisões que atendam ao interesse público e à promoção do desenvolvimento dos territórios.

**Palavras-chave:** Educação profissional e tecnológica, Sistema e-Tec Brasil, Institutos Federais de Educação, ciência e tecnologia, gestão de demandas

### MANAGEMENT OF THE PUBLIC POLICY FOR THE OFFER OF DISTANCE VOCATIONAL COURSES IN MINAS GERAIS

**Abstract:** This paper analyzes aspects of the managing of implementation of public policy for distance education focused on internalization of the offer of vocational education courses in high school as a way to meet needs and demands of the developing of territories. The focused aspects are related to the management of these demands and offers courses in the context of implementation of E-Tec Brazil System-Tec by Federal Institutes, placed in the state of Minas Gerais, between 2008 and 2010. The research, quantitative and qualitative, was based on document analysis and survey conducted in Federal Institutes campuses of South and Southeast of Minas Gerais. The achieved results revealed problems in the management of demands and offers of distance vocational courses. It showed that they need pay more attention to social and political articulations and dialogue with civil society institutions in order to make decisions that deal with the public interest and promote the development of the territories.

**Key words:** Vocational and technological education, Brazil E-Tec System, Federal Institutes of Education, science and technology, management of demands.

Recebido em: 21.06.2012. Aprovado em: 22.10.2012.

## 1 INTRODUÇÃO

Ampliar e democratizar o acesso à educação profissional e tecnológica (EPT) tornou-se um imperativo de política pública comprometida com o desenvolvimento interiorano do país, com o incentivo ao exercício profissional de alto nível, com o estímulo à produção de conhecimentos significativos e a participação ativa dos educandos na construção social dos seus contextos locais.

Essa direção tem sido sinalizada por políticas governamentais nacionais de EPT, o que tem exigido confrontações com os processos reprodutores das desigualdades sociais e de descompromisso com o desenvolvimento local. Nesse sentido, destacam-se a recente Resolução nº 6/12 (BRASIL, 2012), que trazem novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio; as metas do Plano de Desenvolvimento da Educação para essa modalidade educacional; a Lei nº 11.892/08 (BRASIL, 2008b), que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia; o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), criado pelo Governo Federal, em 2011, com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de EPT; o programa Brasil Profissionalizado instituído em 2007 para fortalecer as redes estaduais de EPT mediante repasse de recursos do Governo Federal para os estados investirem na modernização e expansão de suas redes de ensino médio integradas à educação profissional; o Programa Nacional de Integração da Educação Básica com a Educação Profissional na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), instituído pelo Decreto nº 5.840/06 (BRASIL, 2006), com o propósito de favorecer jovens e adultos que não tiveram a oportunidade de cursar o ensino fundamental e/ou o ensino médio na idade regular e que buscam também uma profissionalização; a Rede Certific, programa executado, de forma gratuita, pela Rede Federal visando à certificação de saberes adquiridos ao longo da vida por trabalhadores; e o Sistema Rede e-Tec Brasil, lançado em 2007-Decreto nº 6.301 (BRASIL, 2007b) com a finalidade de promover a ampliação e a democratização do acesso público e gratuito a cursos técnicos de nível médio mediante tecnologia a distância e o regime de colaboração entre os entes federados e a União.

Este artigo não pretende analisar todas essas iniciativas, mas focalizar especificamente aspectos da gestão da implementação do Sistema e-Tec Brasil, em Minas Gerais, entre 2008 e 2010. Tais recortes analíticos se referem ao cumprimento de diretriz estabelecida pela política pública ao criar tal programa, qual seja o compromisso com o desenvolvimento de territórios. Essa determinação também informa o ordenamento da nova Rede

Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, conforme a Lei nº 11.892/08, que a instituiu.

Para tanto, serão analisados resultados de pesquisa exploratória e descritiva, quanti-qualitativa, realizada em unidades de dois recém-criados Institutos Federais em Minas Gerais, os Institutos Federais do Sul de Minas e o do Sudeste de Minas. O estudo realizado buscou se referenciar na política federal para a EPT de articulação do reordenamento da Rede Federal mediante a criação dos Institutos Federais e a implementação do Sistema e-Tec Brasil. Por outro lado, buscou verificar se também se observavam(-se) necessidades e demandas educacionais dos contextos locais e regionais das cidades definidas como polos presenciais dos cursos técnicos oferecidos a distância.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas (IFSULDEMINAS) nasceu da unificação das antigas Escolas Agrotécnicas Federais de Inconfidentes, Machado e Muzambinho e expressa, no seu Plano de Desenvolvimento Institucional (BRASIL, 2009b) preocupação com o envolvimento da comunidade nos seus projetos, principalmente na área de agropecuária com ênfase na agricultura familiar. Exprime, igualmente, propósitos de responsabilidade social, de inclusão social, de promoção do desenvolvimento sustentável mediante a integração das demandas da sociedade e do setor produtivo.

A área territorial de abrangência desse Instituto corresponde à mesorregião sul/sudoeste de Minas Gerais. Seu público-alvo provém desse território e de outras regiões do Estado, assim como de São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia.

O IFSULDEMINAS oferecia, à época da pesquisa, por meio do campus Muzambinho os cursos técnicos na modalidade a distância em Cafeicultura, Informática e Meio Ambiente. O primeiro destinava-se aos polos de Alfenas, Boa Esperança e Três Pontas. O de Informática a Alfenas, Boa Esperança, Cataguases, Juiz de Fora, Timóteo e Três Pontas e o de Meio-Ambiente a Boa Esperança, Juiz de Fora e Três Pontas. Para cada curso eram ofertadas 50 vagas, por turma, preenchidas mediante processo seletivo definido previamente em edital.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas (IFSUDESTE) estava composto à época da pesquisa pelo campus Barbacena (antiga Escola Agrotécnica Federal de Barbacena), campus Juiz de Fora (antigo Colégio Técnico Universitário), campus Rio Pomba (antigo CEFET Rio Pomba), campus Muriaé (unidade nova decorrente do plano de expansão da rede federal) e o Núcleo Avançado de São João Del Rei. Abrange duas mesorregiões: Zona da Mata, com 142 municípios e o Campo das Vertentes, com 36 municípios. No Plano de Desenvolvimento Institucional desse Instituto (BRASIL, 2009a),

a EPT se apresenta como importante fator do desenvolvimento econômico e social, do ingresso qualificado no mercado de trabalho competitivo e como componente fundamental da formação cidadã.

Do IFSUDESTE participaram da pesquisa: a) o campus Rio Pomba, que ofertava o curso técnico em Meio Ambiente para os polos situados em Porteirinha, Alfenas e Cataguases; b) o campus Barbacena, com a oferta do curso técnico em Agropecuária para os polos situados em Alfenas e Cataguases. Para cada curso eram ofertadas 50 vagas por turma, preenchidas por processo seletivo definido em edital.

A oferta dos cursos técnicos a distância estava configurada conforme Tabela 1.

A pesquisa de campo nesses institutos foi precedida de estudos bibliográficos e consulta documental, formas de obtenção de dados e informações que se mantiveram ao longo da investigação. Os documentos foram recolhidos em sítios eletrônicos dos institutos federais pesquisados e de fontes governamentais (Presidência da

República e Ministério da Educação).

Para o levantamento, processamento e análise das informações primárias utilizou-se o método survey, escolhido pela sua aplicabilidade às pesquisas que se apoiam fundamentalmente em questionários, voltadas à descrição quantitativa, interessadas em saber o que está acontecendo no momento e ambiente da investigação com relação ao problema que se quer ver esclarecido. O questionário foi aplicado presencialmente, compreendeu 38 perguntas (33 fechadas e 5 abertas) e dirigiu-se ao universo dos coordenadores e professores dos cursos técnicos acima mencionados, que estivessem atuando no semestre em que se realizou a consulta.

Conforme se vê na tabela abaixo não foi possível obter a participação de todos os pretendidos pela pesquisa (41) devido aos seus afastamentos para atividades profissionais externas aos campi. Chegou-se, entretanto, ao retorno de 70,7% deles.

Somente questões relacionadas ao problema da investigação foram incluídas no questionário, iniciando-se com as mais simples. Cuidou-se para

Tabela 1 – Oferta de cursos técnicos a distância pelo IFSULDEMINAS e IFSUDESTE

IF	Campus	Cursos técnicos	Número de módulos	Carga horária parcial	Carga horária do estágio	Carga horária total
IFSULDEMINAS	Muzambinho	Informática	3	1200	240	1440
		Cafeicultura	4	1400	200	1600
		Meio Ambiente	3	920	0	920
IFSUDESTE	Rio Pomba	Meio Ambiente	2	880	0	880
	Barbacena	Agropecuária	8	1650	200	1850

Fonte: Elaborada pelos autores.

Tabela 2 – Total de professores dos cursos técnicos a distância e de professores participantes da pesquisa

IF	Campus	Nº prof. por curso	Nº prof. / curso 2º semestre 2010	Total prof. participantes da pesquisa
IFSULDEMINAS	Muzambinho	37	23	15
IFSUDESTE	Rio Pomba	13	7	7
	Barbacena	16	11	7
IFSUDESTE		29	18	14
TOTAL		66	41	29

Fonte: Elaborada pelos autores.

que elas se reportassem a uma ideia de cada vez, que possibilitassem uma única interpretação, que fossem de fácil entendimento, que não induzissem respostas. Nas questões fechadas, buscou-se cobrir todas as possíveis respostas. Os coordenadores e professores consultados foram informados dos objetivos do estudo e deles se obteve assentimento aos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Na sequência desta Introdução, serão apresentadas duas seções deste artigo. Na primeira, serão apresentados os elementos de contextualização e caracterização dos Institutos Federais e do Sistema e-Tec Brasil e os conceitos de gestão de ofertas e demandas de cursos na sua relação com as determinações legais que orientam a política educacional em exame. Na seção seguinte, serão apresentados e analisados os resultados da pesquisa realizada. Por último, as considerações finais.

## **2 OS INSTITUTOS FEDERAIS, O SISTEMA e-TEC BRASIL E A GESTÃO DE OFERTAS E DEMANDAS DE CURSOS TÉCNICOS A DISTÂNCIA**

A atual política nacional de EPT prevê seu alinhamento com outras políticas sociais setoriais visando à promoção do desenvolvimento local em todo o país, sobretudo em regiões periféricas e distantes dos maiores centros urbanos. A perspectiva é de que a EPT se interiorize territorialmente e efetive o direito humano ao conhecimento social, universal, superando concepções restritivas de cunho mercantil, pragmático e utilitário. Propõe para isto sua inserção social no contexto dos territórios, de forma democrática e participativa, promovendo a formação de cidadãos autônomos, com formação ampla e crítica, criatividade científica e técnica, consciência social e do papel que lhes cabe no desenvolvimento das localidades em que vivem. Esta articulação contextual requer decisão política consequente, arranjos político-organizacionais apropriados, estruturas institucionais eficientes, alinhamentos entre ofertas e demandas educacionais, distribuição justa e equilibrada e qualidade social.

### **2.1 Os Institutos Federais**

Os Institutos Federais foram criados como política pública para responderem a essas necessidades de articulação e alinhamento da EPT com as premissas do desenvolvimento local. A Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, integra um conjunto de medidas normativas visando à concretização do Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE

(BRASIL, 2007a), considerado como importante componente educacional do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal.

A criação dos Institutos Federais revela a concepção de um novo modelo de EPT, que tem um marco importante na Lei nº 11.741/08, de 16 de julho de 2008 (BRASIL, 2008c), que veio alterar dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996), de diretrizes e bases da educação nacional, visando ao redimensionamento, institucionalização e integração das ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da EPT.

Os Institutos Federais se identificam por estrutura diferenciada, originada da agregação/transformação de instituições educacionais federais previamente existentes, e surgem com o propósito de afirmar o papel estratégico da educação pública, em especial, da EPT no fomento do desenvolvimento do país. Têm como finalidade primordial a

Promoção da justiça social, da equidade, do desenvolvimento sustentável com vistas à inclusão social, bem como à busca de soluções técnicas e geração de novas tecnologias. (SILVA, 2009, p.8).

A esse desiderato são chamados a responder de forma ágil e eficaz considerando-se as demandas crescentes por formação profissional, conhecimento científico e suporte técnico aos arranjos produtivos locais.

Como política pública, tais institutos foram “pensados em função da sociedade como um todo na perspectiva de sua transformação”. (BRASIL, 2008a, p.19). Política que pressupõe o compromisso de operar

A igualdade na diversidade (social, econômica, geográfica e cultural) e ainda estar articulada a outras políticas (de trabalho e renda, de desenvolvimento setorial, ambiental, social e mesmo educacional, dentre outras). (BRASIL, 2008a, p.19).

O enfrentamento de tais desafios exige que os Institutos Federais considerem questões relativas aos territórios em que se encontram especialmente suas especificidades culturais e diferentes potencialidades de desenvolvimento. Isso significa compreender o território como lugar onde se produzem e reproduzem as contradições sociais e as disputas políticas que perpassam o estado e a sociedade, situações que impactam as perspectivas e possibilidades do desenvolvimento, igualmente afetadas pelo fenômeno da globalização e pela difícil tarefa de como com ele se articular de forma a favorecer os dinamismos locais. (CASANOVA, 2004).

Conforme Schneider (2004), a noção de

território não se refere somente a uma referência teórica e conceitual, já que é fundamental ao planejamento de ações propulsoras do desenvolvimento. Com esse sentido tal noção orientou a criação dos Institutos Federais, a definição das unidades integrantes e a delimitação geográfica de cada um, mesorregiões socioeconômicas dos estados da federação brasileira. Mais que espaço físico, entendeu-se

[...] território enquanto construção sociocultural que ocorre em determinado espaço e tempo. Trata-se, portanto, de um espaço estabelecido por grupos sociais a partir de suas identidades e das interações que ocorrem entre si, num determinado tempo histórico. Esse cenário exige que se supere a dimensão apenas geográfica de território e passe a percebê-lo como espaço de rede de relações sociais em permanente movimento e, conseqüentemente, em constante mutação. (SILVA, 2009, p. 36).

Isso significa que os Institutos Federais, nas suas ações educacionais, precisam estar atentos às conexões entre lugares e sujeitos sociais, à dinâmica da construção social do seu território de abrangência, às ações de mobilização da sociedade com vistas à construção de parcerias e compromissos comuns. Significa entender-se como parte integrante do território, concebido como sujeito de seu próprio desenvolvimento, como redes sociais trabalhando em prol da valorização dos seus próprios atributos. (ABRAMOVAY, 1998).

Percebe-se, assim, que na arquitetura da implantação dos Institutos Federais a perspectiva da territorialidade como interface entre as dimensões físicas, sociais e culturais, tal como expressa Albagli e Maciel (2004), está presente. Assim, cada Instituto Federal teria seu território como seu contexto primordial e o desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional como desafios e compromissos fundamentais. Com isso, deles se espera atuação de forma articulada, contextualizada e sistêmica e em sintonia com as necessidades do desenvolvimento territorial e dos arranjos produtivos, culturais, sociais e educacionais locais. Sem perder o sentido universal da educação, a atuação dos Institutos Federais em prol do desenvolvimento territorial é compreendida como fundamental estímulo às populações, antes apartadas do acesso à educação pública de qualidade. Trata-se, segundo Arruda (2010) de referencial inovador de educação pública, de um novo patamar na construção e democratização social do conhecimento científico e tecnológico.

## 2.2 O Sistema e-Tec Brasil

Sancionado pelo Decreto N° 6.301, de 12

de dezembro de 2007 (BRASIL, 2007b), o Sistema e-Tec Brasil tem a finalidade de levar cursos técnicos de nível médio a regiões distantes das instituições educacionais e para a periferia das grandes cidades brasileiras, integrando as estratégias de expansão da EPT no país. Com tal perspectiva, interpretou o objetivo do I Plano Nacional de Educação – I PNE de incentivar

A produção de programas de educação a distância que ampliem as possibilidades de educação profissional permanente para toda a população economicamente ativa. (BRASIL, 2001, p.55).

O Sistema e-Tec Brasil abrange a educação profissional técnica de nível médio, regulamentada pela Lei nº 11.741/08, traz em seu discurso o intuito de democratizar a educação e, com isso, desenvolver as regiões beneficiadas. Portanto, é de fundamental importância para o seu sucesso que a oferta dos cursos seja precedida de uma avaliação de demanda real.

A premissa básica que orienta a oferta dos cursos pelo Sistema e-Tec Brasil é a de vinculação estreita com as demandas regionais por EPT de nível médio. Para tanto, é necessário que as instituições envolvidas se organizem nesse sentido e que cada curso oferecido seja tratado como um projeto específico e ajustado à realidade para a qual se destina. (NOGUEIRA, 2009). As atividades presenciais ou a distância precisam estar em consonância com a realidade econômica local e permitir, dentro das possibilidades institucionais, o desenvolvimento socioeconômico. É importante considerar a norma que orienta a não implantação de cursos onde não existam demanda para eles.

Compreender o significado da criação do Sistema e-Tec Brasil implica considerar as novas formas de pensar, aprender, agir, trabalhar e se relacionar com o mundo a partir das mudanças tecnológicas advindas com a Internet e as redes sociais virtuais de relacionamento. Implica, entretanto, levar em conta as peculiaridades da educação no Brasil, os aspectos específicos da cultura brasileira e as necessidades do país com relação à expansão da educação profissional como fator fundamental à promoção do desenvolvimento socioeconômico.

## 2.3 Gestão de demandas e ofertas de cursos

Para que as políticas públicas de EPT possam favorecer o desenvolvimento social de forma efetiva e duradoura, é fundamental que sejam geridas de forma democrática, respeitando as diversidades envolvidas. Isso significa gestão interativa, inclusiva, acessível e articulada com outras políticas sociais e projetos de desenvolvimento, numa permanente sintonia com a sociedade civil, o mundo do trabalho

e a cidadania coletiva. (MACHADO, 2009). Trata-se de “resultado de embate de forças e tensões alocadas pelos diversos focos de interesses e solicitações sociais”. (GONÇALVES, 2008, p.97).

Nesse processo, o que está em jogo é a garantia da qualidade e quantidade na oferta dos serviços educacionais, das oportunidades de acesso e de permanência nos cursos pelos alunos, da correspondência com as reais necessidades locais, o que pressupõe articulações e concertações entre setores, pessoas e instituições.

Para tanto, a noção de território é importante, pois se acha associada ao reconhecimento das necessidades sociais, à minimização dos custos devido à maior eficiência na utilização dos recursos disponíveis localmente, e a desenhos curriculares pertinentes, inovadores e flexíveis. Ela requer, entretanto, ações intencionais e planejadas, sujeitos identificados e mobilizados na definição conjunta de objetivos a serem conquistados, de estratégias a serem seguidas, no monitoramento de resultados de forma a garantir as finalidades e a continuidade das ações. (MACHADO, 2009).

Trata-se de um processo político de articulação e concertação de interesses sociais que pode abrir caminhos para as escolhas baseadas em consensos, as iniciativas referenciadas no saber e no discernimento crítico, a participação social de todos os segmentos sociais interessados, a discussão em torno dos grandes desafios, prioridades e necessidades locais.

Mas, segundo Machado (2009), é importante considerar que para a perspectiva territorial de gestão de demandas e ofertas de EPT não há uma fórmula de uso geral, pois ela requer atenção à heterogeneidade social e econômica dos territórios e à diversidade de estratégias em razão das especificidades dos sujeitos, empresas e instituições envolvidos.

Isso é importante, pois a proposta do Sistema e-Tec Brasil é de atuar em todos os territórios brasileiros, contextos de grandes diversidades em todos os sentidos na medida em que cada um, conforme definição de Favareto e Bergamasco (2009, p. 160), pode ser “concebido como um espaço geográfico, mas construído socialmente, marcado culturalmente e delimitado institucionalmente”.

### 3 OS RESULTADOS DA PESQUISA REALIZADA

A análise dos resultados da pesquisa baseia-se em dados obtidos na consulta aos professores em atividade nos cursos técnicos a distância no segundo semestre de 2010, em informações sobre políticas do Governo Federal para a EPT, na legislação de criação dos Institutos Federais e do Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil - e-Tec, nos dados obtidos sobre os Institutos Federais participantes da pesquisa e nas observações diretas

do seu contexto institucional e local permitidas pelo momento da coleta de dados.

#### 3.1 Dados obtidos

Segundo os professores do IFSULDEMINAS participantes da pesquisa, para a oferta dos cursos técnicos a distância é realizado um levantamento sobre as necessidades e demandas. 80,0% disseram que isso é feito em diálogo com o poder público municipal, 70,0% afirmaram que a consulta ocorre junto ao setor urbano e 60,0% com o rural, seguindo a tradição do campus Muzambinho, que como escola agrotécnica já a fazia. A consulta aos arranjos produtivos existentes no território comparece em 50,0% dos questionários. Entretanto, as orientações legais e da política educacional que informam a criação dos Institutos Federais e do Sistema e-Tec enfatizam os arranjos produtivos locais como setor preferencial no levantamento de demandas.

Esse levantamento seria conhecido, acompanhado e até mesmo fácil de realizar conforme parte significativa dos docentes consultados (46,6%). Entretanto, um percentual significativo deles (40,0%) demonstrou ter certo distanciamento em relação à realidade dos locais de origem dos alunos que realizam os cursos, apesar da recomendação do Sistema e-Tec da busca de sintonia da formação oferecida com as necessidades da região dos alunos de modo a valorizar as iniciativas e empreendimentos econômicos locais e contribuir para a fixação da força de trabalho nos seus locais de origem.

As políticas de desenvolvimento local referentes às questões agrícolas, agrárias, ambientais, tecnológicas e educacionais foram as mais citadas com relação ao processo da constituição dos cursos. Além de não terem sido citadas por todos os professores envolvidos nos cursos oferecidos, nem todos eles confirmaram participar das análises e discussões sobre demandas de cursos.

É importante registrar que os setores com os quais o campus Muzambinho vem conversando para o desenvolvimento dos cursos técnicos a distância é um assunto desconhecido por mais da metade dos professores deste campus ouvidos pela pesquisa. Mas, segundo eles, o conteúdo curricular dos cursos ofertados, tão importante para atender ao desenvolvimento territorial, contempla fortemente elementos da problemática social (73,3% dos questionários recebidos), ambiental (93,3%), da identidade cultural (53,3%) e econômica (86,7%) dos territórios de abrangência.

Para atender as demandas do território e de seu desenvolvimento por meio de cursos técnicos do Sistema e-Tec Brasil, os professores do IFSULDEMINAS consideraram que as dificuldades se deviam principalmente à inexistência de levantamento apurado dessas demandas; à formação incipiente dos docentes, tutores, equipe

pedagógica e administrativa; à falta de adequação dos conteúdos à realidade local; ao pequeno número de docentes que atuam no sistema; à deficiência na estruturação dos cursos e ao frágil envolvimento com a comunidade. Os professores consultados consideraram que, para realizar a sintonia com as demandas do território, as principais soluções seriam a formatação de currículos contextualizados com as necessidades locais; ofertas condizentes com as demandas dos diversos setores da região e capacitação adequada dos docentes e tutores.

Os professores do IFSUDESTE que foram consultados apresentavam mais tempo de atuação no Sistema e-Tec Brasil do que os do IFSULDEMINAS. Entretanto, não consideraram o Sistema e-Tec como uma estratégia de grande expressividade para a expansão do ensino técnico no país. O levantamento das necessidades por cursos estaria sendo realizado e de forma frequente pelos dois campi para 78,6% dos respondentes. 72,7% confirmaram que esse diálogo estaria sendo feito com os setores públicos municipais, 81,8% disseram que as consultas contemplavam o setor rural e 54,5% afirmaram a existência de consultas ao setor urbano. Empregadores e cooperativas aparecem como interlocutores pouco ouvidos e os arranjos produtivos locais não são tomados como parceiros, apesar das determinações legais nesse sentido. Entidades da sociedade civil, trabalhadores autônomos e, principalmente, o poder público estadual não estaria participando do processo de consulta para a constituição das demandas por cursos técnicos.

Para a oferta dos cursos, os dois campi do IFSUDESTE, baseados em suas experiências e tradições agrícolas, estariam se referenciando de forma mais frequente nas políticas agrícolas e agrárias (27,3% dos questionários), ambientais (18,0%) e educacionais (13,6%).

Tal como no IFSULDEMINAS, neste Instituto, os órgãos públicos envolvidos na deliberação sobre oferta dos cursos eram os próprios institutos, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação e as Secretarias Municipais de Educação das localidades atendidas. Por outro lado, é importante destacar que 28,6% dos docentes do IFSUDESTE consultados pela pesquisa não souberam indicar quais órgãos da gestão pública vêm participando das decisões sobre oferta dos cursos técnicos a distância da qual participam.

Dos professores do IFSUDESTE ouvidos pela pesquisa, somente 35,7% consideravam a existência de envolvimento da comunidade do entorno territorial na discussão sobre a oferta e acompanhamento dos cursos técnicos oferecidos a distância. Com relação à comunidade interna desse Instituto, o posicionamento majoritário dos respondentes foi de que somente parte dela estaria envolvida nas discussões.

55,6% dos professores consultados do IFSUDESTE afirmaram que as secretarias municipais de educação das áreas de abrangências dos seus campi constituem o setor mais consultado com relação à oferta dos cursos técnicos a distância. Os consultados afirmaram que, dentre os setores que não são ouvidos sobre tal assunto, encontram-se os empreendimentos da economia solidária e as escolas estaduais e particulares da região.

Para apenas 42,9% dos professores consultados desse Instituto o conteúdo curricular dos cursos ofertados apresenta elementos das problemáticas sociais locais. Uma proporção ainda menor (35,7%) confirma a inclusão de temas referentes às identidades culturais locais. No entanto, de forma coerente com as temáticas indicadas pelo Ministério da Educação para os eixos tecnológicos dos cursos ofertados, o conteúdo curricular, segundo 100,0% dos consultados, estaria contemplando conteúdos da problemática ambiental e, para 85,7%, as questões referentes à identidade econômica da área de abrangência dos campi.

Os professores do IFSUDESTE, em resposta aos principais problemas encontrados na busca de contribuição ao desenvolvimento dos territórios de seu entorno, afirmaram existir problemas nos polos presenciais com relação à formação, profissionalização e definição de atividades dos tutores, de inadequação dos currículos à realidade local. Citaram, ainda, os problemas e as motivações de ordem político-partidária que resultaram em desarmonia entre os entes federativos. Questionaram a interferência política local na composição dos quadros de pessoal dos polos e o pouco contato dos dirigentes do Instituto com governantes locais. O pouco conhecimento dos aspectos administrativos do Sistema e-Tec foi também lembrado e isso estaria provocando, segundo os professores que os mencionaram, atrasos nos processos de abertura de novos cursos e turmas. Referiram-se, ainda, à insuficiência de professores e de funcionários técnico-administrativos para atender às necessidades dos cursos técnicos a distância.

#### 4 CONCLUSÃO

Segundo Almandoz (2009), a complexidade e especificidade da EPT transcendem o educacional para contemplar as dinâmicas dos sistemas sociolaboral e socioprodutivo, sendo necessário, portanto, identificar as necessidades de interlocução e integração, reconhecendo as diferenças entre as representações sociais, as expectativas e os interesses dos setores envolvidos. Daí a importância de fortalecer as instâncias do diálogo social, reconhecendo-o como um dispositivo político, que envolve diversos organismos públicos, instituições privadas e a sociedade civil.

Pelo que se viu nas informações colhidas

na pesquisa realizada, o diálogo social referente às demandas por cursos técnicos a distância e à deliberação sobre sua oferta e desenvolvimento ainda se apresenta frágil na implementação do Sistema e-Tec Brasil. Um diálogo social frágil resulta em ações fragmentadas, desarticuladas da realidade local, com paralelismos nas ofertas, com centralização das decisões, informações e recursos, provocando divergências quanto aos objetivos e papel de cada área, unidade, instituição ou serviço. A interlocução requerida pressupõe a concertação de diferentes lógicas e interesses, a resolução de pontos de tensão entre os diversos sujeitos sociais e políticos. Trata-se de desafio complexo cuja superação depende de preparação dos interlocutores, de vontade política e de efetivação de compromissos assumidos por setores envolvidos.

Outra questão que merece ser destacada diz respeito ao significado de território. Os Institutos Federais trazem em sua constituição o conceito territorial geográfico, referente à localização estratégica da Reitoria e dos campi, mas também agregam o conceito de território como conexão entre sujeitos e lugares com base na cultura, no sentimento de pertencimento, na história comum. Do ponto de vista físico, possuem um território de abrangência referido a uma ou mais mesorregiões do estado. Mas só isso não significa que as afinidades com as pessoas e instituições locais estejam asseguradas.

Os polos atendidos pelos Institutos que fizeram parte da pesquisa estão distribuídos por várias regiões do território mineiro e cada qual possui suas manifestações culturais, identidades sociais, configurações econômicas e políticas. Esses polos nem sempre estão localizados nas mesorregiões de abrangência dos Institutos que os atende. Como então considerar o conceito de territórios de abrangência nesses casos? Considerando a formatação atual, os Institutos teriam que assumir a região onde o polo está situado como parte do seu território de abrangência para fazer o levantamento das demandas por cursos técnicos a distância? Como evitar a homogeneização dos conteúdos e oferecer uma EPT respeitadora das diversidades quando se trata de educação a distância? Como tornar matrizes curriculares de cursos técnicos a distância aderentes às características socioculturais e do mercado de trabalho territorial se a oferta se dirige a polos geograficamente distantes das áreas de abrangência dos Institutos? Não seria o caso de realizar a constituição das demandas locais com o concurso de todos os Institutos Federais que tenham a intenção de fazer suas ofertas aos mesmos polos?

A preparação de pessoal docente e técnico para atuar na EPT a distância foi um dos principais problemas encontrados nesta pesquisa. Conforme Machado, existe uma carência de pessoal docente qualificado para a EPT, sendo que os mesmos também enfrentam,

[...] novos desafios relacionados às mudanças organizacionais que afetam as relações profissionais, aos efeitos das inovações tecnológicas sobre as atividades de trabalho e culturas profissionais, ao novo papel que os sistemas simbólicos desempenham na estruturação do mundo do trabalho, ao aumento das exigências de qualidade na produção e nos serviços, à exigência de maior atenção à justiça social, às questões éticas e de sustentabilidade ambiental. São novas demandas à construção e reestruturação dos saberes e conhecimentos fundamentais à análise, reflexão e intervenções críticas e criativas na atividade de trabalho. (MACHADO, 2008, p.10).

À insuficiência da formação do pessoal docente e técnico para atuar na EPT alia-se outro desafio: a modalidade a distância. A educação a distância possui características próprias, as quais tornam particulares e distintos o seu enfoque, seus meios, métodos e estratégias. A pesquisa realizada permitiu constatar que os professores consultados, apesar de em determinados momentos se declararem plenamente aptos para a atuação nesta modalidade educacional, noutros se revelaram incomodados em face dos desafios encontrados e da falta de docentes em número necessário para o desenvolvimento dos cursos.

Por outro lado, a oferta na EPT deve se referenciar em dados atualizados sobre as atividades produtivas existentes no local ou região, nas tendências observadas no mundo do trabalho, nos recursos existentes no território, nos programas e projetos educacionais em andamento ou previstos para serem oferecidos e nas características sociodemográficas, culturais e educacionais da população a ser atendida.

Conhecer e fazer a gestão da demanda educacional e de forma bem conduzida potencializa a função social da educação. Isso, entretanto, não é tarefa simples, pois requer aproximação, articulação e concertação de diversos sujeitos sociais e políticos, com outras políticas públicas setoriais, levando-se em conta, ainda, as implicações das inovações tecnológicas, organizacionais, econômicas e sociais, o fenômeno da dialética global e local.

Segundo a autora,

[...] a gestão de ofertas de qualificação e de ETP [Educação Técnica e Profissional] compreende ações exercidas com a finalidade de zelar para que haja ampla, suficiente e adequada oferta de bens e serviços de qualificação e de ETP, oportunidades de acesso aos seus processos de obtenção e de permanência, conforme demandas identificadas. (MACHADO, 2009, p.18).



Trata-se, portanto, de um cuidado importante em atenção às necessidades da economia e do desenvolvimento do território, mas também de respeito ao direito das pessoas, pois conforme apregoa o Sistema e-Tec Brasil, a EPT deve ser interativa e flexível com relação às diversidades de diferentes origens, articulada com os setores produtivos e a sociedade na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico e ambiental, local e regional.

O trabalho de adequação entre demanda e oferta de cursos técnicos na esfera de atuação do Sistema e-Tec Brasil se revela de crucial importância, pois tal política embora desenhada centralmente, no Ministério da Educação, pressupõe que sua operacionalização comporte mecanismos de gestão social e deve ser capaz de responder às necessidades sociais e econômicas dos indivíduos e dos territórios atendidos. Ela reivindica o exercício do diálogo e a participação social na definição de prioridades, na tomada de decisões e na identificação e sistematização das informações relevantes com relação a conhecimentos que precisam ser contemplados nos currículos. Todos esses processos contribuem para fortalecer e fomentar a capacidade endógena dos sujeitos locais, estratégia crucial quando se trata da promoção do desenvolvimento local.

Portanto, a gestão social do alinhamento entre oferta e demanda de cursos técnicos a distância, contemplando tipos de cursos por região, verificação de ofertas similares eventualmente superpostas, características da população-alvo, volume e qualidade social necessária da oferta, se mostra essencial para a implementação do Sistema e-Tec Brasil por meio dos Institutos Federais. Apesar disso, a pesquisa realizada mostrou que essa lógica de gestão se apresentava pouco desenvolvida no âmbito do Sistema e-Tec, em Minas Gerais. Tal consideração não significa fazer qualquer juízo de valor como relação à qualidade dos cursos técnicos a distância que estavam sendo ofertados pelos Institutos contemplados pela pesquisa realizada, nem tão pouco com relação à sua pertinência, pois não foi esse o objetivo da investigação. Considerou-se, simplesmente, a existência de um espaço crítico na gestão da construção das demandas educacionais e das tomadas de decisão quanto aos cursos a serem oferecidos que, se bem trabalhado, pode aumentar significativamente as potencialidades do recurso a distância na EPT com relação à sua expansão, alcance e significado social.

Visando contribuir para o enfrentamento desse desafio, produziu-se, a partir da pesquisa realizada, um guia metodológico, uma ferramenta destinada ao registro de informações que facilitem o processo de análise e a tomada de decisões visando ao alinhamento das demandas e ofertas dos cursos técnicos a distância tendo em vista o atendimento

das necessidades do desenvolvimento territorial. Esse guia contempla informações para as fases que antecedem a oferta de um novo curso, de término de cada período letivo e para o ensejo do surgimento de propostas de constituição de novas turmas de cursos em andamento. Tais informações abarcam as identidades regionais, as demandas sociais, o perfil e a necessidade ou não do curso na região, a pertinência do curso para o contexto geográfico e socioeconômico do território de abrangência, a construção da matriz curricular para a região a ser atendida, as aplicações do regime de colaboração, controle de evasão, perfil dos docentes e os impactos sociais esperados.

A pesquisa realizada se inseriu num campo de estudos ainda pouco estudado, o da gestão social da EPT a distância, especialmente com relação à atuação dos Institutos Federais em seus territórios de atuação. Ela teve pretensões exploratórias, de ser um estudo preliminar e aproximativo tendo em vista uma visão geral do problema e a realização de estudos posteriores mais aprofundados e detalhados. Espera-se ter despertado o interesse de outros pesquisadores sobre o tema estudado e ter contribuído para a identificação de questões que requerem atenção particular para fins de investigação ou de intervenção social.

#### REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. In: SEMINÁRIO SOBRE REFORMA AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 1998. **Anais ...** Fortaleza: Governo do Ceará: ME Política Fundiária, nov. 1998. 18p.
- ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria Lúcia. Informação e conhecimento na inovação e no desenvolvimento local. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 3, p. 9-16, set./dez. 2004.
- ALMANDOZ, Maria Rosa. O papel dos interlocutores sociais na educação técnico-profissional e nos sistemas de qualificação. In: BLAS, F. A.; PLANELLAS, J. **Desafios atuais da educação técnico-profissional**. Madri: OEI: Fundação Santillana, 2009. p. 63-71.
- ARRUDA, Maria da Conceição Calmon. Políticas de educação profissional de nível médio: Limites e possibilidades. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, 2, 2009. Belo Horizonte. **Anais eletrônicos ...** Belo Horizonte: UFRRJ, 2010. Disponível em: <[http://www.ia.ufrrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2009-2/3SF/ARRUDA-2010\\_SEPNET.pdf](http://www.ia.ufrrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2009-2/3SF/ARRUDA-2010_SEPNET.pdf)>. Acesso em: 23 out. 2010.

BRASIL, Ministério da Educação. Resolução n. 6, de 20 setembro de 20CEB/CNE Nº 6/12. Define diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional técnica de nível médio. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 21 set. 2012. p. 22. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/visualiza/index.jsp?data=21/09/2012&jornal=1&pagina=22&totalArquivos=256>> Acesso em: 25 set. 2012.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2009 a 2013**. Minas Gerais, 2009a. Disponível em: <[http://www.barbacena.ifsudestemg.edu.br/system/files/PDI-aprovado\\_no\\_Colegio\\_de\\_Dirigentes-22-06-09-CORRIGIDO.pdf](http://www.barbacena.ifsudestemg.edu.br/system/files/PDI-aprovado_no_Colegio_de_Dirigentes-22-06-09-CORRIGIDO.pdf)>. Acesso em: 07 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2009 a 2013**. Minas Gerais, 2009b. Disponível em: <[http://www.ifsuldeminas.edu.br/downloads/PDI\\_2009\\_2013.pdf](http://www.ifsuldeminas.edu.br/downloads/PDI_2009_2013.pdf)>. Acesso em: 07 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas**. Brasília: 2007a. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me004370.pdf>>. Acesso em: 09 ago. 2009

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Concepção e diretrizes: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia**. Brasília, MEC/Setec, 2008a.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Presidência da República. Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008.a. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 29 set. 2008b. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm)>. Acesso em: 12 jan./2011

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Decreto n.º 6301 de 13 de dezembro de 2007. Institui o Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil – e-Tec do Brasil. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 dez 2007b. p. 3. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6301imprensa.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6301imprensa.htm)>. Acesso em: 25 jun. 2009

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Decreto nº 5.840, de 13 de Julho de 2006. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá

outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 jul. 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/decreto/D5840.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/D5840.htm)>. Acesso em: 03 jan. 2011

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 dez 1996. p. 27833. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>. Acesso em: 25 jun. 2009

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Lei n.11.741 de 16 de julho de 2008. Altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo Legislativo, Brasília, DF, de 17 jul. 2008c. p. 5, Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm)>. Acesso em: 26 jun. 2009.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Lei no 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 9 jan. 2001. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm)>. Acesso em: 07 jan.2011.

CASANOVA, Fernando. **Desarrollo local, tejidos productivos y formación: aabordajes alternativos para la formación y el trabajo de los jóvenes**. Montevideo: CINTERFOR, 2004.

FAVARETO, Arilson; BERGAMASCO, Sonia. Organização e desenvolvimento territorial. In: SILVA, V.S; MELLO, N.T.C. (Orgs.) **Agronegócio: desenvolvimento, meio ambiente e sociedade, ciclo de debates IEA 65 anos**. São Paulo: IEA/APTA/SAA, 2009. 228 p.

GONÇALVES, Maria de Fátima da Costa. Uma contribuição para pensar as políticas públicas de educação: a burocracia como sujeito do processo de políticas públicas. **Revista de Políticas Públicas**, São Luis, v. 12, n. 1, p. 93-98, jan./jun. 2008.

MACHADO, Lucília. Regina. de Souza. Diferenciais inovadores na formação de professores para a educação profissional. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, Brasília, . v. 1, n. 1, 2008.

\_\_\_\_\_. **Curso Especialização OEI (Organização dos Estados Iberoamericanos)**: módulo gestão de demandas e ofertas de qualificações e de educação técnico profissional . [S.l.], 2009.

NOGUEIRA, Vicente de Paulo Queiroz. Educação Profissional Técnica de nível médio. **T&C Amazônia**, Manaus, ano 7, n. 16, Ffev. 2009.

SCHNEIDER, Sérgio. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 6, n. 11, p. 88-125, jan./jun. 2004, p. 88-125.

SILVA, Caetana Juracy Rezende. **Institutos Federais**: lei 11.892, de 29/12/2008: comentários e reflexões. Natal: IFRN, 2009. 70 p.

**Maria Janete Velten**

Filósofa

Mestre em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local pelo Centro Universitário UNA

Email: jvelten@uol.com.br

**Lucília Regina de Souza Machado**

Socióloga

Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Coordenadora do Programa em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local do Centro Universitário UNA

Email: lsmachado@uai.com.br

**Centro Universitário UNA**

Rua Guajajaras 175 – 5º andar, Centro

Belo Horizonte – MG.

CEP: 30180 100